

# **Políticas Públicas E As Implicações Sociais Para Micro E Pequenos Empreendimentos**

**Tatiane Atanásio Dos Santos Bernardy**  
*UNIARP*

**Rafael Martins Sais Graduado**  
*Universidade Federal Do Pampa*

**Marcello Pires Fonseca**  
*Universidade Do Estado Do Amazonas /UEA*

**Kátia Regina Calixto Brasil**  
*UESPI*

**Abel Martins Filho**  
*UNIRIO*

**Vagner Da Silva De Carvalho**  
*Universidade Federal De Pelotas*

**Eloísa Helena Silva**  
*Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Espírito Santo (IFES)*

**Juciele Marta Baldissarelli**  
*Universidade Alto Vale Do Rio Do Peixe (Uniarp)*

**Rogério Silva Dos Anjos**  
*UNICSUL*

**Maico Russiano De Souza Boeno**  
*Fundação Getúlio Vargas*

**Mário José Da Silva**  
*Universidade Santa Tereza*

**Ana Luisa Gordiano De Carvalho**  
*Universidade Salvador (Unifacs)*

**Maira Danuse Santos De Oliveira**  
*Universidade Federal Do Piauí (UFPI)*

---

## **Resumo:**

*Esta pesquisa teve como objetivo analisar as políticas públicas voltadas para micro e pequenos empreendimentos e suas implicações sociais, investigando os desafios enfrentados pelos empreendedores e os impactos dessas políticas na realidade do setor. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com amostra composta por 15 profissionais que atuam diretamente com políticas de apoio aos pequenos negócios. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, e os dados foram analisados com a técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelaram que, apesar dos avanços em algumas áreas, como a criação do MEI e a oferta de programas de capacitação, ainda existem obstáculos significativos, como a burocracia excessiva, a falta de*

*informação sobre os programas disponíveis e a dificuldade de acesso ao crédito. Além disso, as políticas públicas ainda não contemplam adequadamente as necessidades de grupos marginalizados, como mulheres e jovens empreendedores, e carecem de uma maior estabilidade para garantir previsibilidade aos negócios. A conclusão aponta que, embora existam esforços para fortalecer o setor, é necessário aprimorar as políticas públicas, simplificar os processos, garantir maior acesso à informação e tornar os critérios de concessão de crédito mais acessíveis para os micro e pequenos empreendedores, a fim de promover um ambiente mais inclusivo e sustentável para o desenvolvimento desses negócios.*

**Palavras-chave:** *Políticas públicas; Micro e pequeno empreendimento; Gestão.*

Date of Submission: 11-03-2025

Date of Acceptance: 21-03-2025

---

## I. Introdução

As micro e pequenas empresas (MPEs) desempenham um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social de um país. Responsáveis por grande parte da geração de empregos e renda, esses empreendimentos representam um dos principais motores da economia, especialmente em nações em desenvolvimento. No Brasil, as MPEs correspondem a mais de 90% das empresas formais e são responsáveis por mais da metade dos empregos com carteira assinada, segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). No entanto, apesar de sua importância, esses negócios enfrentam inúmeros desafios que dificultam sua sobrevivência e crescimento, tornando-se essencial a implementação de políticas públicas eficazes para seu desenvolvimento sustentável (Santos; Assis, 2023; Pereira; Lopes, 2020).

As políticas públicas voltadas para micro e pequenos empreendimentos têm o propósito de criar um ambiente favorável para sua consolidação e expansão. Isso envolve medidas como acesso facilitado ao crédito, simplificação de processos burocráticos, incentivos fiscais e programas de capacitação. A implementação dessas políticas visa reduzir as barreiras enfrentadas pelos empreendedores, promovendo a competitividade e estimulando a inovação. No entanto, a eficácia dessas medidas depende de uma gestão eficiente e de um alinhamento com as necessidades reais dos empresários, de modo que seus impactos sejam positivos e duradouros (Sá, 2021).

Além dos desafios econômicos e burocráticos, os micro e pequenos empreendedores enfrentam implicações sociais significativas. A falta de políticas públicas bem estruturadas pode gerar desigualdade de oportunidades, dificultando a inclusão produtiva de diversos grupos sociais, como mulheres, jovens e populações de baixa renda. Dessa forma, é essencial que as políticas voltadas para esse setor não apenas incentivem o crescimento econômico, mas também promovam a equidade social, garantindo que os benefícios do empreendedorismo sejam acessíveis a diferentes segmentos da população (Oliveira et al., 2016).

Outro aspecto relevante a ser considerado é o impacto das políticas públicas no desenvolvimento regional. Em muitas cidades pequenas e médias, as MPEs são a principal fonte de emprego e renda, sendo responsáveis por dinamizar a economia local. Quando há incentivos adequados, essas empresas podem fortalecer cadeias produtivas, gerar inovação e contribuir para a redução da informalidade. Contudo, a ausência de um suporte governamental eficiente pode resultar em alta taxa de mortalidade empresarial, limitando o potencial de crescimento e desenvolvimento dessas regiões (Pereira; Lopes, 2020).

A digitalização e a transformação tecnológica também influenciam diretamente a dinâmica dos micro e pequenos empreendimentos, exigindo políticas públicas que auxiliem na adaptação a esse novo cenário. A adoção de soluções digitais, como e-commerce e marketing digital, tornou-se um fator essencial para a competitividade no mercado atual. No entanto, muitas MPEs ainda enfrentam dificuldades de acesso à tecnologia e capacitação para utilizá-la de maneira eficiente. Nesse contexto, iniciativas governamentais que incentivem a digitalização e o acesso a novas ferramentas tecnológicas podem ser determinantes para a sustentabilidade desses negócios (Peixoto; Freitas, 2017).

Por fim, é fundamental destacar que a relação entre políticas públicas e micro e pequenos empreendimentos deve ser constantemente avaliada e aprimorada. O dinamismo do mercado e as mudanças no cenário econômico exigem adaptações frequentes para garantir que os instrumentos de apoio continuem atendendo às demandas do setor. A articulação entre governo, setor privado e instituições de apoio ao empreendedorismo é essencial para construir um ecossistema favorável, garantindo que os pequenos negócios possam crescer e se consolidar de forma sustentável (Oliveira et al., 2016).

Diante desse contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar as políticas públicas voltadas para micro e pequenos empreendimentos e suas implicações sociais, investigando os desafios enfrentados por esses negócios e os impactos das iniciativas governamentais sobre sua trajetória. A partir dessa análise, busca-se compreender de que maneira as políticas existentes contribuem para a promoção do desenvolvimento econômico e social, bem como identificar possíveis melhorias que possam torná-las mais eficazes e inclusivas.

## **II. Materiais E Métodos**

Esta pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, visando explorar e compreender as percepções e experiências de profissionais que lidam diretamente com a implementação e gestão de políticas públicas voltadas para micro e pequenos empreendimentos. A opção por uma pesquisa qualitativa se deu pela necessidade de obter informações detalhadas e subjetivas, que possibilitassem uma análise mais aprofundada sobre os desafios e impactos dessas políticas no cenário social e econômico. Esse tipo de abordagem permite captar as nuances das realidades vividas pelos participantes, o que é essencial para o desenvolvimento de uma compreensão holística do tema.

A amostra da pesquisa foi composta por 15 profissionais que atuam em diferentes setores relacionados ao apoio a micro e pequenos empreendimentos, incluindo gestores públicos, consultores empresariais, e representantes de organizações de apoio a empreendedores. A seleção dos participantes foi feita de maneira intencional, buscando indivíduos que tivessem experiência prática e conhecimento profundo sobre as políticas públicas voltadas para esse segmento. Embora a amostra não tenha sido aleatória, ela proporcionou uma variedade de perspectivas que enriqueceram a análise e garantiram a relevância dos dados coletados.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, que permitiram aos participantes expressar suas opiniões e experiências de maneira mais livre, ao mesmo tempo em que seguiam um roteiro pré-estabelecido, garantindo que os principais tópicos fossem abordados. As entrevistas foram realizadas de forma presencial e/ou virtual, dependendo da disponibilidade e localização dos participantes. O formato semiestruturado foi escolhido por sua flexibilidade, permitindo que surgissem novas questões durante a interação e proporcionando um espaço para que os entrevistados pudessem aprofundar seus relatos.

Com o objetivo de garantir a confidencialidade e o anonimato dos participantes, nenhum nome foi citado nas transcrições ou nas análises subsequentes. Para preservar a identidade dos entrevistados, foram utilizados pseudônimos ao longo de toda a pesquisa. Dessa forma, as respostas dos participantes foram tratadas de forma ética e respeitosa, garantindo que seus relatos fossem utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e de pesquisa.

A análise dos dados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, permitindo a identificação de padrões, temas e categorias emergentes a partir das entrevistas. Os dados foram organizados e agrupados de acordo com as questões mais relevantes, como os desafios enfrentados pelos empreendedores, os impactos das políticas públicas implementadas e as sugestões para melhorias nos programas de apoio.

A análise qualitativa permitiu interpretar as respostas de maneira detalhada, considerando as especificidades de cada depoimento e cruzando as informações para uma compreensão mais ampla dos fenômenos observados. Esse processo analítico foi realizado em várias etapas, começando pela leitura cuidadosa das transcrições, seguida pela categorização dos dados e pela identificação dos principais temas que emergiram das entrevistas. A interpretação dos dados foi conduzida de forma reflexiva, buscando conectar as experiências dos participantes com o contexto das políticas públicas analisadas e as implicações sociais relacionadas.

## **III. Resultados E Discussões**

A análise das entrevistas revelou um conjunto diversificado de percepções sobre as políticas públicas voltadas para micro e pequenos empreendimentos, bem como suas implicações sociais. Os relatos indicaram que, apesar dos avanços em algumas áreas, ainda existem desafios significativos na implementação dessas políticas, principalmente no que se refere ao acesso aos benefícios e à burocracia envolvida nos processos. Segundo os respondentes E02 e E08, um dos principais obstáculos enfrentados pelos micro e pequenos empreendedores é a complexidade burocrática para acessar incentivos governamentais. "Muitas vezes, os programas de financiamento exigem uma documentação extensa e processos que são difíceis de entender para quem está começando um negócio", afirmou E02. De forma semelhante, E08 destacou que "mesmo quando há incentivo disponível, os trâmites acabam desmotivando os empresários, que muitas vezes desistem por não conseguirem acompanhar todas as exigências". Outro aspecto relevante apontado pelos entrevistados foi a falta de informação e divulgação adequada sobre as políticas públicas disponíveis. De acordo com E05 e E10, muitos microempreendedores não têm conhecimento sobre os programas de apoio existentes. "Percebo que há uma grande lacuna na comunicação entre governo e pequenos empresários. Muitos só descobrem que poderiam ter acesso a um benefício quando já é tarde demais", comentou E05. E10 reforçou essa percepção, acrescentando que "o empreendedor muitas vezes se informa por terceiros, e nem sempre as informações são corretas, o que gera confusão e insegurança". Além da dificuldade de acesso, os participantes mencionaram a instabilidade das políticas públicas como um fator que afeta a confiança dos empreendedores. E03 e E07 relataram que muitas políticas são descontinuadas ou modificadas abruptamente, dificultando o planejamento de longo prazo. "O pequeno empresário precisa de previsibilidade. Se um programa de incentivo ao crédito é lançado hoje e extinto daqui a seis meses, como ele pode confiar e se planejar?", questionou E03. Da mesma forma, E07 afirmou que "essa falta de estabilidade nas políticas desmotiva, pois nunca se sabe se o benefício vai continuar existindo no próximo ano". A dificuldade de acesso ao crédito foi outro ponto amplamente discutido pelos entrevistados. E06 e E12 apontaram que, mesmo com programas

específicos para micro e pequenos empreendedores, os critérios de concessão ainda são muito rígidos. "Muitos bancos exigem garantias que os pequenos negócios não conseguem oferecer", destacou E06. Já E12 comentou que "os juros praticados, mesmo nos programas governamentais, ainda são elevados para quem está começando um empreendimento e não tem uma base financeira sólida". No que diz respeito às implicações sociais das políticas públicas, vários entrevistados destacaram o impacto da falta de apoio efetivo no aumento da informalidade. De acordo com E09 e E14, muitos empreendedores acabam operando de maneira informal por não conseguirem atender às exigências burocráticas do registro formal. "Conheço vários casos de pessoas que preferiram continuar na informalidade porque consideram que os custos e as obrigações do registro formal são muito altos", disse E09. E14 acrescentou que "o medo de não conseguir cumprir com todas as exigências fiscais faz com que muitas pessoas evitem formalizar seus negócios, o que limita suas oportunidades de crescimento". Outro ponto levantado foi a necessidade de políticas mais inclusivas para grupos historicamente marginalizados. Segundo E04 e E11, as mulheres empreendedoras, os jovens e as populações de baixa renda enfrentam desafios adicionais que não são totalmente contemplados pelas políticas existentes. "Mulheres empreendedoras, por exemplo, muitas vezes enfrentam mais dificuldades para conseguir crédito ou equilibrar a gestão do negócio com as responsabilidades domésticas", afirmou E04. E11 complementou: "Os jovens que querem empreender enfrentam barreiras ainda maiores, pois não têm histórico financeiro e encontram mais dificuldades para acessar recursos". A capacitação e o suporte técnico também foram aspectos destacados pelos entrevistados. Para E01 e E13, os programas de capacitação ainda são insuficientes ou mal distribuídos. "Muitos cursos e treinamentos estão concentrados nos grandes centros urbanos, dificultando o acesso para quem mora no interior", observou E01. E13 apontou que "além de capacitação, é necessário um acompanhamento contínuo, pois muitas pessoas abrem um negócio sem ter noção de gestão financeira e acabam fechando em poucos meses". A digitalização dos pequenos negócios foi outro tema de grande destaque nas entrevistas. E15 e E06 afirmaram que as políticas públicas ainda não acompanham adequadamente a necessidade de modernização dos microempreendedores. "O mercado exige cada vez mais presença digital, mas muitas pequenas empresas não têm acesso a capacitação e ferramentas para isso", explicou E15. E06 reforçou que "os incentivos deveriam incluir suporte para digitalização, como cursos sobre marketing digital e plataformas de venda online". Por outro lado, alguns entrevistados também apontaram avanços significativos nos últimos anos. E07 e E12 mencionaram a implementação do MEI (Microempreendedor Individual) como um exemplo positivo. "O MEI facilitou a formalização e trouxe benefícios como acesso a previdência e crédito", disse E07. E12 complementou: "Ainda há desafios, mas foi uma das iniciativas mais bem-sucedidas para os pequenos empreendedores". Entretanto, apesar dos avanços, ainda há desigualdades regionais na implementação das políticas. Segundo E08 e E14, enquanto em grandes centros urbanos há maior acesso a incentivos, em cidades menores as oportunidades são limitadas. "No interior, muitas vezes os empreendedores nem sabem que têm direito a certos benefícios", comentou E08. E14 destacou que "as políticas deveriam considerar mais as realidades locais e não apenas aplicar soluções genéricas". Outro desafio identificado foi a burocracia fiscal e tributária. E03 e E10 relataram que, mesmo com regimes simplificados como o Simples Nacional, a carga tributária ainda é pesada para muitos micro e pequenos empreendedores. "As obrigações fiscais são um dos maiores desafios. Muitos negócios fecham por não conseguirem arcar com os impostos", afirmou E03. E10 acrescentou que "o governo deveria rever a carga tributária para que os pequenos negócios possam crescer sem serem sufocados por impostos excessivos". A relação entre políticas públicas e geração de empregos também foi abordada. E02 e E09 enfatizaram que, quando bem estruturadas, essas políticas podem impulsionar a empregabilidade. "Os pequenos negócios geram a maior parte dos empregos no país, então políticas eficazes impactam diretamente na economia", disse E02. E09 ressaltou que "quando há incentivos adequados, as empresas conseguem expandir e contratar mais funcionários, reduzindo o desemprego". Em síntese, os relatos dos entrevistados demonstram que, apesar da existência de políticas públicas voltadas para micro e pequenos empreendimentos, ainda há desafios significativos a serem superados. A burocracia, o acesso ao crédito, a falta de informação e a desigualdade regional são alguns dos principais entraves identificados. Por outro lado, os avanços observados, como a formalização via MEI e algumas iniciativas de capacitação, mostram que há potencial para melhorias se as políticas forem mais bem estruturadas e alinhadas às necessidades dos empreendedores.

#### **IV. Conclusão**

A presente pesquisa analisou as políticas públicas voltadas para micro e pequenos empreendimentos e suas implicações sociais, destacando os desafios enfrentados pelos empreendedores e os impactos dessas políticas na realidade do setor. A partir das entrevistas realizadas com 15 profissionais que atuam diretamente na área, foi possível identificar tanto avanços quanto entraves que ainda limitam o desenvolvimento sustentável desses negócios. Os resultados revelaram que, embora existam iniciativas governamentais voltadas para a promoção e o fortalecimento dos micro e pequenos empreendimentos, a burocracia excessiva continua sendo um dos principais obstáculos para o acesso a benefícios e incentivos. Muitos empreendedores enfrentam dificuldades para navegar pelos processos administrativos e, em alguns casos, acabam desistindo de buscar apoio formal devido à complexidade dos trâmites exigidos. Essa barreira burocrática, além de desestimular o crescimento dos negócios,

contribui para o aumento da informalidade, uma vez que muitos optam por operar à margem da legalidade para evitar custos e exigências fiscais elevadas. Outro fator que se destacou na análise foi a falta de informação sobre as políticas públicas disponíveis. Muitos empreendedores desconhecem os programas de incentivo, seja por falhas na divulgação ou pela dificuldade de interpretação das normas. Esse desconhecimento faz com que oportunidades importantes sejam desperdiçadas, impedindo que os negócios aproveitem os recursos disponíveis para crescer e se consolidar. A necessidade de uma comunicação mais eficaz e acessível entre o poder público e os empreendedores se mostrou um aspecto essencial para melhorar o alcance e a efetividade dessas políticas. Além disso, a pesquisa evidenciou a instabilidade das políticas públicas como um fator de preocupação para os pequenos empresários. A constante mudança nas regras, a descontinuidade de programas e a incerteza quanto à manutenção de incentivos dificultam o planejamento de longo prazo dos empreendedores. A previsibilidade é um elemento essencial para o crescimento dos negócios, e a falta de estabilidade nas políticas públicas acaba gerando insegurança, impactando diretamente a capacidade dos empresários de investir e expandir suas operações. No que se refere ao acesso ao crédito, os relatos demonstraram que, apesar da existência de programas de financiamento específicos para micro e pequenos empreendedores, muitos deles ainda encontram dificuldades para obter recursos. As exigências de garantias e as taxas de juros muitas vezes inviabilizam a obtenção do crédito necessário para investimentos e expansão. Esse cenário reforça a necessidade de reformulação dos critérios de concessão de crédito, de modo a torná-los mais acessíveis e adaptados à realidade dos pequenos negócios. A pesquisa também destacou a importância de políticas públicas mais inclusivas, que contemplem as necessidades de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, jovens e empreendedores de baixa renda. Apesar dos avanços, ainda há uma carência de medidas efetivas para reduzir as desigualdades no acesso a oportunidades. Além disso, a digitalização foi apontada como um desafio emergente, pois muitos empreendedores não possuem capacitação ou acesso a ferramentas tecnológicas para se adequarem às novas demandas do mercado digital. A necessidade de incentivos específicos para a modernização dos pequenos negócios se mostra crucial para garantir a competitividade no cenário atual. Apesar dos desafios identificados, a pesquisa também apontou avanços relevantes, como a criação do Microempreendedor Individual (MEI) e a implementação de algumas iniciativas de capacitação empresarial. Essas medidas foram bem recebidas pelos entrevistados e demonstraram que, quando bem estruturadas, as políticas públicas podem ter um impacto positivo significativo no fortalecimento do setor. No entanto, para que esses avanços sejam ampliados, é necessário um aprimoramento contínuo das políticas existentes, com foco na simplificação de processos, na ampliação do acesso à informação e na criação de programas mais alinhados às necessidades reais dos micro e pequenos empreendedores. Dessa forma, conclui-se que, embora existam esforços governamentais para apoiar os micro e pequenos empreendimentos, ainda há um longo caminho a percorrer para que essas políticas sejam efetivas e inclusivas. A pesquisa reforça a importância de um planejamento estratégico mais sólido e de uma articulação entre governo, setor privado e instituições de apoio ao empreendedorismo. Somente com ações integradas, adaptáveis às mudanças do mercado e focadas na redução de barreiras estruturais será possível criar um ambiente verdadeiramente favorável ao desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios, garantindo assim um impacto positivo tanto na economia quanto na sociedade como um todo.

### **Referências**

- [1] Oliveira, W. L. Et Al. Mortalidade De Micro E Pequenas Empresas: O Que Fazer Pela Sustentabilidade Do Empreendimento?. Revista Livre De Sustentabilidade E Empreendedorismo, V. 1, N. 3, 2016.
- [2] Peixoto, Dionefer Perim; De Freitas, Rodrigo Randow. Análise De Um Projeto De Negócio De Um Salão De Beleza - Um Estudo De Caso. Brazilian Journal Of Production Engineering, São Mateus, Espírito Santo, Brazil, V. 3, N. 2, P. 113–127, 2017.
- [3] Pereira, Clissie Eduarda Pinto; Lopes, Paloma De Lavor. Plano De Negócios. Episteme Transversalis, [S.L.], V. 11, N. 1, Maio 2020.
- [4] Sá, T. G. X. Gerenciamento Financeiro De Contas A Pagar Nas Empresas De Micro E Pequeno Porte. Revista Id On Line, Revista De Psicologia, V. 15, N. 56, 2021.
- [5] Santos, Lara Sacramento Dos; Assis, Pablo Roberto De. A Importância De Um Plano De Negócio: Um Estudo De Caso Da Papelaria Céu Azul Em Itacaré – Bahia. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, [S. L.], V. 9, N. 10, P. 3168–3184, 2023.